

# A GESTÃO ESCOLAR E SUA RELAÇÃO COM OS RESULTADOS DO IDEB: UMA COMPARAÇÃO DE DESEMPENHOS

SANTOS, Erasmo Soares<sup>1</sup>

**Resumo:** A pesquisa tem o objetivo de investigar as práticas pedagógicas, bem como a gestão escolar, referentes ao desempenho do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das turmas de 5º Ano de duas Instituições da rede pública Municipal dos municípios de Lucas do Rio Verde - MT e Juruti- PA, referente aos anos de 2015 e 2017, de modo a identificar elementos que justifiquem a incompatibilidade dos resultados obtidos e o desempenho dos alunos. Para tanto, caracterizou-se as práticas pedagógicas dos professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental das referidas Instituições, com ênfase na avaliação, bem como a maneira de gerir os processos das Instituições, por parte da equipe gestora das respectivas unidades de ensino. A coleta de dados constou de levantamentos bibliográficos em revistas, artigos científicos e livros sobre a temática investigada, bem como os documentos curriculares e orientativos pedagógicos disponibilizados pelo Governo Federal por intermédio do Ministério da Educação (MEC). Ainda, no contexto da coleta de dados, o trabalho contou com o estudo das bases legais, sem perder de vista o Projeto Político Pedagógico (PPP), das Instituições pesquisadas. Os resultados da pesquisa apontam a diferença de desempenho entre as duas escolas, além de parte da atuação docente em uma das Instituições não ser compatível com a formação inicial.

**Palavras-chave:** IDEB; Avaliação Educacional; Qualidade de Ensino.

## Introdução

Em tempos contemporâneos a escola representa um espaço de aprendizagem, onde se busca refletir continuamente os problemas e anseios da sociedade, uma vez que esta é considerada como a fonte mediadora de conflitos e problemas frente à sociedade dinâmica e exigente. É na escola, que são depositadas as expectativas de mudança social, capaz de contribuir para a superação das estruturas sociais vigentes. Assim, pensar a escola é pensar nos sujeitos que a compõem, tendo como ponto de partida a promoção, a articulação e o envolvimento entre a escola e comunidade na busca contínua de estratégias e soluções para os problemas que lhes são inerentes.

Nessa perspectiva, cabe ao sistema educacional estar atento às mudanças sociais e entender que a sociedade é dinâmica e mutável. No entanto, para que a escola tenha sucesso no acompanhamento deste processo é necessário que haja uma equipe gestora e professores

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Faculdade Cidade de Guanhães - FACIG, graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional - Uninter, Especialização em Libras e Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso - IFMT. Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: erasmosoares\_@hotmail.com

preparados para enfrentar os desafios cotidianos que saibam conduzir processos e apresentar soluções para as demandas que surgem.

Neste contexto, o presente trabalho nasce da ansiedade de apresentar os resultados do IDEB<sup>2</sup>, anos 2015 e 2017 das Escolas Fredolino Vieira Barros, em Lucas do Rio Verde - MT e Getúlio Vargas - Juruti- PA e tem o objetivo de investigar as práticas pedagógicas, bem como a gestão escolar referentes ao desempenho do IDEB das turmas de 5º Ano de duas Instituições da rede pública Municipal nos anos de 2015 e 2017 de modo a identificar elementos que justifiquem a incompatibilidade dos resultados obtidos e o baixo desempenho dos alunos.

Com o IDEB, ampliam-se as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparável nacionalmente e expressa em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. A combinação de ambos tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no SAEB ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará igualmente a necessidade de melhoria do sistema.

Diante deste cenário, justifica-se a realização desta pesquisa que visa esclarecer alguns motivos que podem levar a esses resultados tão divergentes nas escolas pesquisadas, visto que são as escolas que possuem estruturas físicas equivalentes, tem a gestão municipal como mantenedora e ambas são localizadas na zona rural dos referidos municípios.

### **Uma breve discussão acerca dos processos avaliativos**

A avaliação educacional é um tema recorrente nos dias atuais e perpassa opiniões e teorias distintas, carregadas de paradigmas e estereótipos. É possível olhar para esta temática sob diversas perspectivas, desde a questão didática, até aspectos epistemológicos e políticos que envolvem a relação de saber-poder.

É evidente que o Brasil tem ainda um grande desafio pela frente: conciliar um ensino de qualidade e excelência e praticar valores que contribuam para a democratização da sociedade. Isso acontece em detrimento das dificuldades pedagógicas, econômicas e políticas que precisam

---

<sup>2</sup> IDEB é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

ser superadas, de modo que as disputas para interpretar e propor novas estratégias sejam alinhadas. (LORDÊLO e DAZZANI, 2009).

Freitas *et al.* (2014) explicam que o tema avaliação é complexo por si só, e envolve temas polêmicos, como escola, indicadores, provas, ensino e aprendizagem, indo muito além do universo da educação, como parte da própria condição humana. Assim, o ato de avaliar pode ser usado por diferentes dimensões e em vários níveis do sistema educacional com distintas formas e finalidades.

Luckesi (1999) ao discutir a avaliação da aprendizagem, explica que para que uma prática educacional e, conseqüentemente, uma avaliação de aprendizagem que assuma seu papel, é preciso que a pedagogia esteja a serviço de uma transformação social e não de sua conservação.

Nesse cenário, conhecer os tipos de avaliação é importante para compreender como esta se dá no contexto escolar e como os atores deste processo a compreendem. Silva Filho *et al.* (2012) afirmam que existem três tipos de avaliação, entre os quais o docente pode escolher para utilizar em sala de aula. Os três tipos são a avaliação diagnóstica, avaliação formativa e a avaliação somativa. Tal divisão dos tipos de avaliação corrobora com as recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), n. 9394/96, (BRASIL, 1996), de que a avaliação deve estar presente em vários momentos do ano letivo.

Sobre a avaliação formativa, Grego (2013) explica que esta caracteriza-se por uma integração da avaliação em cada atividade, inserindo-se na relação professor-aluno-conhecimento e nas interações entre os alunos, visando tornar o discente autor de sua própria aprendizagem, estimulando-o a se autorregular em suas capacidades. Dessa forma, é preciso adotar conceitos de regulação de aprendizagem para acompanhar os alunos em seu processo de aprendizagem por meio de *feedbacks*.

Perrenoud (2004) deixa claro que realizar uma avaliação formativa significa mudar a escola o suficiente para buscar uma transformação das práticas de avaliação que se preocupa com as possibilidades e os limites deste processo. Já uma avaliação, com propósito somativo, o principal objetivo é descrever e dar conta do que o aluno sabe ou aprendeu a fazer num dado momento.

O autor explica ainda que muitos professores utilizam a avaliação somativa por meio de provas, testes e avaliações com fins formativos, ou seja, colocam as provas como uma maneira de avaliar o aluno como um todo, considerando suas particularidades e individualidades. Contudo, há sérias críticas acerca desta prática, já que o comum é ver provas com fins

quantitativos que não consideram o processo, mas sim os resultados, os acertos e os erros, deixando até mesmo de utilizar tais resultados como uma reflexão sobre os próximos passos no processo ensino-aprendizagem. As provas tornam-se então, a finalização de um processo e não um mecanismo contribuinte do mesmo.

É evidente que cabe ao professor escolher a maneira como avaliará os alunos, e o processo de ensino e aprendizagem, todavia, é importante entender que se trata não só de uma ação isolada, já que a dimensão avaliativa deve estar inserida em todo processo reflexivo tangente à sua prática pedagógica.

O ato de avaliar é inerente ao ser humano, o qual está sempre observando, dando juízo de valor ao outro, bem como em situações, lugares, sentimentos. Por esta razão a prática da avaliação é comum em vários âmbitos sociais e institucionais, o que não difere da escola, uma vez que nela a avaliação ganha um valor maior por ser socialmente considerada como elemento essencial para identificar a progressão da aprendizagem do aluno.

Ao abordar a avaliação, Luckesi (1999) explica que não se trata de um instrumento de simples classificação ou aprovação do aluno, mas sim um meio de realizar um diagnóstico da turma, a fim de nortear as estratégias a serem realizadas no processo de ensino e aprendizagem.

### **IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: Aspectos históricos e conceituais**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma iniciativa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que objetiva medir o desempenho educacional brasileiro a partir de exames avaliativos realizados em larga escala, tais como a Prova Brasil e o SAEB, bem como a taxa de aprovação e eficiência do fluxo escolar (BRASIL, 2015).

Essa avaliação tornou-se necessária em virtude da ampliação do acesso à educação, especialmente a partir da década de 1990, quando mais de 90% da população entre 7 e 14 anos já recebia atendimento escolar. Todavia, o que preocupava não era mais o acesso à escola, mas sim a qualidade da educação. Em 2000, o país passou a fazer parte do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA). Todavia, os resultados do PISA deixou o Brasil sempre nas últimas colocações. (TOSTA, 2015).

Vidal e Vieira (2011) explicam que o IDEB tinha como meta construir um padrão com variáveis que pudessem ser comparadas por sistema de ensino e escolas, com vistas a possibilitar um processo de descentralização da educação e permitir a implementação de mecanismos de monitoramento e avaliação consistentes. Este fato representa uma mudança

importante, já que o desenvolvimento de indicadores de qualidade para uso em política educacional tradicionalmente é pequeno e localizado em alguns setores técnicos.

As pesquisas voltadas para avaliação de sistemas educacionais ganharam força a partir dos anos de 1980 e expandiram-se a partir da década de 1990, paralelamente ao seu crescimento no âmbito das políticas públicas, como já sinalizamos anteriormente. Na maioria dos casos, os modelos de avaliação que foram sendo consolidados buscavam construir diagnóstico sobre as práticas existentes no interior dos sistemas educacionais, visando realizar o contínuo monitoramento do sistema educacional com vistas a detectar os efeitos positivos ou negativos de políticas adotadas. (TOSTA, 2015, p. 49).

Tornava-se fundamental compreender a qualidade da educação brasileira, já que não bastava a inclusão dos alunos na escola, era preciso que todos recebessem uma educação de qualidade. Desse modo, o SAEB foi uma das primeiras ações para avaliar a educação da América Latina, com vistas a orientar as políticas governamentais voltadas para educação no país. Ainda hoje o SAEB é utilizado, embora tenha passado por modificações e reformulações (TOSTA, 2015).

Neste contexto, Tosta (2015) explica que aliado ao SAEB existe a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), e a avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), cujo olhar é mais extenso e detalhado e toma como base a Prova Brasil realizada em todas as escolas observando a qualidade, equidade e eficiência da educação no Brasil, possui uma amostragem de larga escala, sendo realizada a cada dois anos.

Observa-se que todas estas formas de avaliação auxiliam na composição do IDEB e permitem uma visão ampla acerca da educação brasileira, aumentando as possibilidades de mobilização da sociedade em prol da educação, valorizando a cultura do aprendizado já que “para melhorar o IDEB, os sistemas de ensino devem melhorar simultaneamente as duas dimensões do indicador, fluxo escolar e desempenho nas avaliações.” (BRASIL, 2015 p. 6).

O IDEB atribui por meio de uma fórmula<sup>3</sup> uma nota de 0 a 10 às escolas, em âmbitos federal, nacional e municipal, sendo a média 6 a meta em todos os estados do país. Contudo, conforme mostram os últimos dados, ainda há uma disparidade grande entre as regiões

---

<sup>3</sup>  $IDEB_{ji} = N_{ji} P_{ji}$ .

i = ano do exame (SAEB e Prova Brasil) e do Censo Escolar;

$N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10, dos alunos da unidade j, obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa de ensino;

$P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade j;

brasileiras, deixando evidente a desigualdade social presente em alguns estados brasileiros. (BRASIL, 2015).

Melo (2018) afirma que com os resultados do IDEB as escolas e equipes gestoras podem lançar o olhar sobre a realidade acerca do desenvolvimento da educação e implantação das políticas na escola. Dessa forma, as instituições podem elaborar ações e metas baseadas nos resultados estabelecidos para as próximas avaliações.

De acordo com os dados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 2017) “os estudantes brasileiros matriculados no 5º ano do ensino fundamental possuem, em média, o Nível 4 de proficiência em Língua Portuguesa.” (BRASIL, 2017, p. 5).

### **Um pouco sobre a educação do campo**

Tendo em vista que as Instituições dessa pesquisa são do campo, considera-se necessária uma breve reflexão acerca dessa modalidade de ensino, por compreender a sua importância no contexto educacional. Assim, é fundamental entender que há, de certa forma, uma visão equivocada acerca desse ensino. Isto, em decorrência do imaginário de que para viver na roça os conhecimentos formais adquiridos na escola seriam menos importantes e necessários do que os saberes práticos sobre a vida agrícola. (ANTÔNIO e LUCCINI, 2007).

Ainda hoje, é comum encontrar escolas do campo, geralmente localizadas distantes dos centros urbanos, nas quais predominam salas multisseriadas, onde muitas crianças dividem uma única sala, com infraestruturas precárias, muitas vezes funcionando em locais como igrejas, barracões e salões. Em muitos casos, há um único educador que se sobrecarrega com múltiplas funções, trabalhando concomitantemente com diferentes anos, em um único espaço. (HAGE, 2011).

As dificuldades enfrentadas pelas escolas do campo vão além da estruturação de seus projetos políticos pedagógicos, tendo em vista que em grande maioria têm necessidades de estrutura física e de profissionais. Desta feita:

A desvalorização dos conhecimentos práticos e teóricos que trazem os sujeitos do campo construídos a partir de experiências, relações sociais, de tradições históricas e principalmente de visões de mundo, tem sido ações recorrentes das escolas e das instituições que atuam nestes territórios. (MOLINA, 2006, p. 12).

Observa-se que a educação no campo tem enraizado em seu contexto social e histórico a desvalorização dos povos que ali habitam, nesse sentido, torna-se urgente uma mudança no paradigma, para que se possa construir uma nova base conceitual do campo e da educação campesina, superando a ideia de que tudo que se projeta do campo, refere-se a uma faceta atrasada socialmente. (MOLINA, 2006).

Em suma, considera-se o campo como espaço de vida multidimensional, o qual possibilita leituras amplas a respeito desta realidade, na qual deve-se considerar a educação, cultura, infraestrutura, trabalho, produção, organização política e mercado. No campo, estas relações constituem as dimensões territoriais e não se dicotomizam, por isso devem ser consideradas como um todo ao pensar sobre o campo e sobre a educação do campo. (FERNANDES, 2007).

Atualmente, não é possível traçar um perfil único sobre a realidade da educação do campo, já que a tecnologia e o meio globalizado se faz presente de maneira concreta no espaço do campo. Assim, é fundamental ter um novo olhar sobre a população do campo e sobre os direitos que a mesma tem no que tange a educação. Desta forma, será possível delinear um perfil abrangente sobre esta realidade respeitando as diferentes facetas dos diferentes campos do Brasil.

## **Metodologia**

No âmbito dos procedimentos metodológicos selecionados para a realização da pesquisa é imprescindível destacar que o referencial metodológico adotado neste estudo se insere na perspectiva da metodologia de investigação quali-quantitativa, com estudo exploratório-descritivo.

Gil (2009) sinaliza que a pesquisa descritiva consiste em descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Nesse sentido, ao se eleger como objeto de estudo a avaliação e considerando as peculiaridades dos procedimentos metodológicos, bem como dos sujeitos da pesquisa, buscou-se investigar as práticas pedagógicas, bem como a atuação da gestão escolar frente ao desempenho do IDEB das turmas de 5º Anos de duas Instituições da rede pública Municipal nos anos de 2015 e 2017, de modo a identificar elementos que justifiquem a incompatibilidade dos resultados obtidos e o baixo desempenho dos alunos, como mostra o quadro:

### Quadro 1 - IDEB observado e metas projetadas

Instituição de Ensino	IDEB observado		Metas projetadas	
	2015	2017	2015	2017
EMEIEF Fredolino Vieira Barros	7,0	6,7	5,7	6,0
EMEIF Getulio Vargas	3,6	4,0	4,2	4,5

**Fonte:** Inep- Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Para tanto, fez-se necessário caracterizar as Instituições pesquisadas, em seus diferentes aspectos: pedagógicos e administrativos, com ênfase na avaliação, bem como a maneira de gerir os processos das Instituições por parte da Equipe Gestora das respectivas Unidades de ensino.

A coleta de dados constou de levantamentos bibliográficos em revistas, artigos científicos e livros sobre a temática investigada. Os diálogos teóricos incluíram pesquisadores que tratam sobre o assunto, além dos documentos curriculares e orientativos pedagógicos (disponibilizados pelo Governo Federal por intermédio do MEC), os quais contribuem com resultados quantitativos que permitirão a realização de análises.

Ainda, no contexto da coleta de dados, o trabalho contou com entrevistas realizadas junto ao corpo docente e Equipes Gestoras das duas Instituições, além do estudo das bases legais, tais como: LDBN (BRASIL, 1996); Base Nacional Curricular Comum (BNCC), (BRASIL, 2017); Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014-2024); sem perder de vista os Projetos Políticos Pedagógicos das instituições pesquisadas. A amostra foi composta de 12 (doze) participantes, sendo 10 (dez) professores que atuavam efetivamente na docência do Ensino Fundamental anos iniciais, bem como 2 (dois) gestores das respectivas Instituições.

### As instituições campo da pesquisa

Tendo em vista a caracterização das Instituições campo da presente pesquisa, destacam-se que informações referentes a cada uma das Unidades de Ensino foram compiladas dos respectivos Projetos Políticos Pedagógicos. As referidas Instituições de Ensino fazem parte da rede municipal de ensino fundamental dos Municípios de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso e Juriti, Estado do Pará. Vale ressaltar que se trata de duas Instituições localizadas na zona rural, ou seja, atendem alunos advindos do campo.

As Escolas oferecem à comunidade em regime regular a Educação Infantil e Educação Fundamental da Criança e do Adolescente. As referidas Instituições de Ensino têm como



mantenedora a Prefeitura Municipal dos respectivos municípios, bem como o Governo Federal que dispõe de recursos financeiros que, por sua vez são gerenciados pelos integrantes do Conselho Escolar, sendo o Diretor da Escola o responsável pelas decisões a serem tomadas coletivamente para a aplicação de cada recurso em materiais de consumo e permanente, equipando e melhorando o trabalho pedagógico e administrativo destas Unidades Escolares.

As Instituições contam também com Recursos Federais do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), bem como Recursos Municipais do Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais<sup>4</sup> (PAFIE), repassado às escolas no decorrer do ano letivo, sendo o montante definido pela Secretaria Municipal de Educação (SME).

Sobre os programas federais e os recursos para a escola o MEC sinaliza que:

Um conjunto de programas, projetos e ações desenvolvidos, pelo Ministério da Educação, por meio das suas secretarias e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE visam não só apoiar a oferta da educação, direito de todos e dever do Estado, mas também a melhoria da qualidade educacional, em regime de colaboração com as redes de ensino em âmbito estadual e municipal. Esses projetos abrangem diversas áreas e aspectos que contribuem direta e indiretamente para a formação dos alunos e dos professores em todos os níveis e modalidades e devem ser gerenciados direta ou indiretamente pela secretaria de educação ou pela escola a partir de normas e procedimentos a serem seguidos. (BRASIL, 2006, p. 62).

Considerando que as Instituições de Ensino ora caracterizadas fazem parte da rede municipal de ensino, vale fazer referência à LDBN n. 9394/96 (BRASIL, 1996), a qual explicita em seu artigo 11 as responsabilidades dos municípios sobre as instituições de ensino, a saber:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;
- III- baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

---

<sup>4</sup> Lei nº 8183 de 17 de setembro de 2003 que dispõe sobre a criação do Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais Públicas Municipais.

No contexto socioeconômico, vale destacar que as famílias são de classe média baixa e a maioria das crianças reside no setor de localização das Unidades escolares. Grande parte das crianças recebe a Bolsa Família<sup>5</sup> e são filhos de trabalhadores.

Essa realidade justifica, portanto, a responsabilidade da escola no processo de formação desses pequenos. Educar uma criança nos dias atuais tem sido tarefa desafiadora, dada a diversidade entrelaçada de culturas. Embora seja no contexto familiar que os conceitos e valores são apreendidos cabe à escola ampliar essa formação iniciada pela família.

Brandão (2001, p. 82) contribui com essa discussão afirmando que considera a educação como uma entre outras práticas sociais, cujo efeito sobre as pessoas cria condições necessárias para a realização de transformações indispensáveis. Nada se faz entre os homens sem a consciência e o trabalho dos homens, e tudo que tem o poder de alterar a qualidade da consciência e do trabalho, tem o poder de participar de sua práxis e de ser parte dela.

As Escolas em estudo primam por estabelecer uma filosofia pautada em uma proposta inclusiva em que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade, centrada na atenção das necessidades específicas do indivíduo. Independente das características pessoais, psicológicas ou sociais, todas terão os mesmos direitos. Neste sentido:

Numa escola inclusiva, o aluno é sujeito de direito e foco central de toda ação educacional; garantir a sua caminhada no processo de aprendizagem e de construção das competências necessárias para o exercício pleno da cidadania é, por outro lado, objetivo primeiro de toda ação educacional. A escola inclusiva é aquela que conhece cada aluno, respeita suas potencialidades e necessidades, e a elas responde, com qualidade pedagógica. Para que uma escola se torne inclusiva há que se contar com a participação consciente e responsável de todos os atores que permeiam o cenário educacional: gestores, professores, familiares e membros da comunidade na qual cada aluno vive. (ARANHA, 2004, p. 8).

Na perspectiva dos PPP das duas instituições de ensino ficou visível a articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental no sentido de possibilitar o diálogo entre essas duas modalidades educacionais de forma a integrar as crianças e a família sem, contudo, provocar inseguranças e ansiedade. Nesta intenção, as crianças participam de ações conjuntas, que dizem respeito aos eixos temáticos desenvolvidos e aos eventos promovidos pelas escolas.

A reflexão sobre o currículo está instalada como tema central nos projetos político-pedagógicos das escolas e nas propostas dos sistemas de ensino, assim como nas pesquisas, na teoria pedagógica e na formação inicial e

---

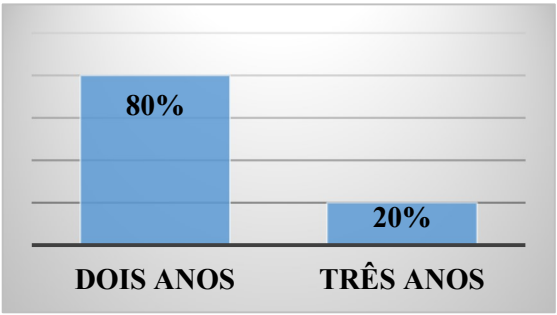
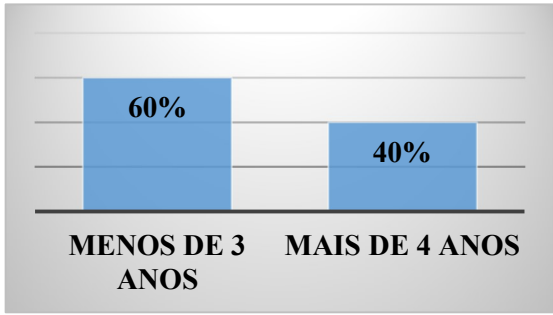
<sup>5</sup> O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do País.

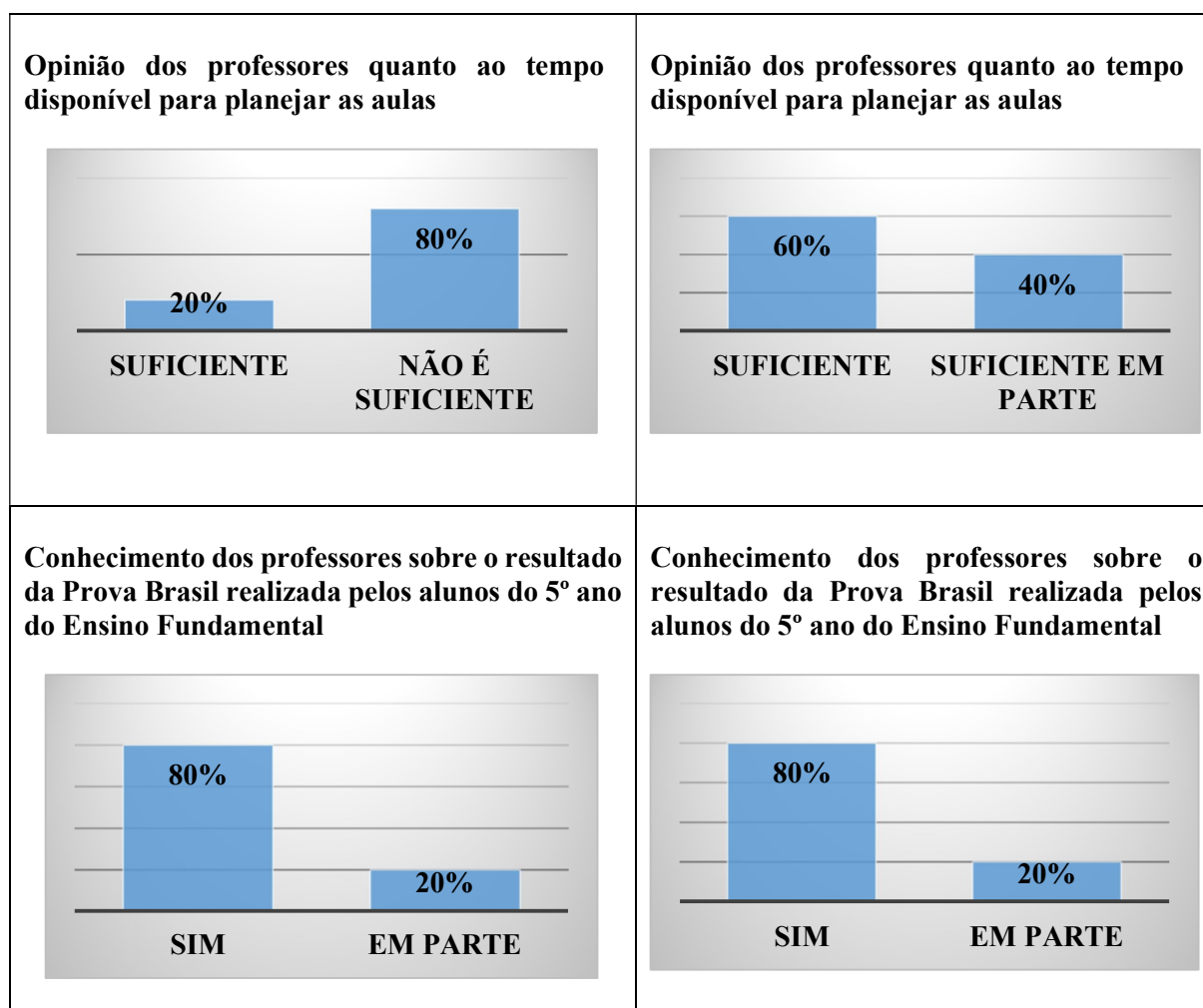
permanente dos docentes. Neste período de ampliação da duração do ensino fundamental, em que são discutidas questões de tempo-espaço, avaliação, metodologias, conteúdo, gestão, formação, não seria oportuno repensar os currículos na Educação Básica? Que indagações motivam esse repensar? (FERNANDES, 2007, p. 9).

A autora confirma que, de fato, os Projetos Pedagógicos das Instituições de Ensino do país contemplam em suas propostas a reflexão sobre currículo. No entanto, ainda são várias as indagações que devem ser respondidas pelo coletivo de professores no interior de cada escola, considerando que as questões inerentes ao currículo passam pela necessidade de constituir a escola como espaço e ambiente educativos que ampliem a aprendizagem, reafirmando-a como lugar do conhecimento, do convívio e da sensibilidade, condições imprescindíveis para a constituição da cidadania.

Nessa perspectiva, por considerar este um estudo comparativo, destacam-se no quadro a seguir, dados referentes à experiência dos professores com turmas de 5º ano do Ensino Fundamental, bem como questões relacionadas ao tempo disponível desses profissionais para preparar as aulas e a interação com informações relacionadas ao resultado da Prova Brasil, realizada com os alunos do 5º ano, os quais constituem o foco desse estudo.

**QUADRO 2** - Gráficos referentes aos docentes das Instituições campo da pesquisa

<p align="center"><b>ESCOLA MUNICIPAL FREDOLINO VIEIRA BARROS</b></p>	<p align="center"><b>ESCOLA MUNICIPAL GETÚLIO VARGAS</b></p>												
<p><b>Tempo de experiência dos docentes com turmas de 5º ano do Ensino Fundamental</b></p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Tempo de Experiência</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>DOIS ANOS</td> <td>80%</td> </tr> <tr> <td>TRÊS ANOS</td> <td>20%</td> </tr> </tbody> </table>	Tempo de Experiência	Porcentagem	DOIS ANOS	80%	TRÊS ANOS	20%	<p><b>Tempo de experiência dos docentes com turmas de 5º ano do Ensino Fundamental</b></p>  <table border="1"> <thead> <tr> <th>Tempo de Experiência</th> <th>Porcentagem</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>MENOS DE 3 ANOS</td> <td>60%</td> </tr> <tr> <td>MAIS DE 4 ANOS</td> <td>40%</td> </tr> </tbody> </table>	Tempo de Experiência	Porcentagem	MENOS DE 3 ANOS	60%	MAIS DE 4 ANOS	40%
Tempo de Experiência	Porcentagem												
DOIS ANOS	80%												
TRÊS ANOS	20%												
Tempo de Experiência	Porcentagem												
MENOS DE 3 ANOS	60%												
MAIS DE 4 ANOS	40%												



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados na pesquisa.

Considerando os dados apresentados nos respectivos gráficos, ficou visível ainda a precariedade dos repasses, fato esse que ficou evidente em uma das Instituições pesquisadas, bem como a fragilidade na formação continuada, uma vez que em nenhuma das Instituições há participação total dos docentes nessa atividade. Destaca-se a dificuldade de aprendizagem dos alunos na leitura e escrita, tanto na disciplina de Língua Portuguesa, quanto na disciplina de Matemática em ambas as Instituições pesquisadas. Tal fato ficou evidente durante as entrevistas realizadas junto aos docentes e Gestores.

No contexto da coleta de dados, destaca-se que na Escola Estadual Fredolino Vieira Barros, todos os professores entrevistados possuem formação em Licenciatura Plena em Pedagogia, ou seja, 100% do corpo docente que atua nos anos iniciais do Ensino Fundamental possui formação compatível com a respectiva área de atuação.

No que tange aos professores da Escola Municipal Getúlio Vargas, embora tenham experiência significativa na profissão, a maioria possui formação inicial em Ciências

Biológicas, Física, Matemática e Letras. Dos docentes com formação em Pedagogia, apenas 20% dos entrevistados concluíram essa licenciatura, outros 20% estão cursando. Quanto aos demais (60%) atuam nos anos iniciais, porém, não possuem formação compatível. Trata-se, portanto, de uma realidade que possivelmente interfira no baixo resultado do IDEB.

### **Considerações finais**

Os dados coletados nessa investigação possibilitaram elucidar questões que, evidentemente, contribuíram de maneira significativa para a obtenção da resposta à pergunta inicial da pesquisa que envolveu a busca por identificar em que medida as práticas pedagógicas e a gestão escolar interferem nos resultados do IDEB.

O estudo teórico da pesquisa consolidou-se a partir de uma revisão bibliográfica sobre a avaliação da aprendizagem, bem como a gestão escolar. Essa construção temática foi de grande importância, pois forneceu subsídios teóricos para a compreensão geral da realidade que envolveu o trabalho, uma vez que apresentou fundamentos com base para a compreensão do assunto, além de comentários e análises de vários autores que discutem o assunto.

No âmbito das hipóteses iniciais dessa pesquisa, ficou visível que as práticas pedagógicas são fundamentais para que o processo de aprendizagem seja consolidado. Não se pode perder de vista a precariedade dos repasses, fato esse que ficou evidente em uma das Instituições pesquisadas, bem como a fragilidade na formação dos professores, uma vez que em nenhuma das Instituições há participação total dos docentes nessa atividade. Destaca-se a dificuldade de aprendizagem dos alunos na leitura e escrita, tanto na disciplina de Língua Portuguesa quanto na disciplina de Matemática, em ambas as Instituições pesquisadas. Tal fato ficou evidente durante as entrevistas realizadas junto aos docentes e Gestores.

Nesse contexto, considerando o objetivo principal da pesquisa o qual buscou investigar as práticas pedagógicas, bem como a gestão escolar referentes ao desempenho do IDEB das turmas de 5º anos de duas Instituições da rede pública Municipal no ano de 2015 de modo a identificar elementos que justifiquem a incompatibilidade dos resultados obtidos e o baixo desempenho dos alunos, detectou-se a existência de lacunas que necessitam ser consideradas como fragilidades, tendo em vista que a maioria dos docentes entrevistados afirmou não ter tempo suficiente para planejar as aulas.

Destaca-se também, que na Instituição com IDEB abaixo da média, a maioria dos docentes não possui formação compatível com a atuação, ou seja, a Licenciatura em Pedagogia. Trata-se de um fator que certamente influencia na aprendizagem dos alunos, pois de acordo

com o Artigo 6º da Resolução CNE/CP 1/2006, a estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de um núcleo de estudos básico, com vistas na diversidade e multiculturalidade da sociedade brasileira, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e um núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular. Assim, conclui-se que estes docentes não possuem formação compatível com o respectivo campo de atuação profissional.

Não foi possível constatar efetivamente razões específicas que justifiquem a diferença dos resultados da avaliação externa das duas instituições pesquisadas, exceto a atuação profissional de alguns professores incompatível com a formação inicial. De acordo com a análise documental e entrevistas realizadas, observou-se que as práticas pedagógicas, avaliativas e de gestão, assemelham-se.

Os dados analisados possibilitaram a identificação de questões pontuais, como a existência, nas duas Instituições, de projetos que visam o combate à evasão escolar e o atendimento aos alunos com dificuldade de aprendizagem. Embora todos os entrevistados tenham afirmado que buscam continuamente fortalecer as práticas pedagógicas, estes são convictos das fragilidades na aprendizagem dos alunos, especialmente no que tange à leitura e escrita, fato esse que certamente compromete o bom resultado na avaliação, no caso específico dessa pesquisa, a Prova Brasil.

Tendo em vista que o ambiente físico influencia na aprendizagem dos alunos, vale destacar que a gestora da Instituição que obteve baixo rendimento na Avaliação Externa, informou que embora a equipe contorne continuamente situações e adaptações do local, esse não é adequado, enquanto que em relação à outra Instituição observou-se, por meio de depoimentos da gestora, que esta é dotada de boas condições físicas e pedagógicas, salas climatizadas, laboratório de informática, biblioteca. Assim, é válido considerar que esse fator, possivelmente influencia na aprendizagem dos alunos da outra Instituição.

No contexto da realidade do campo há que se pensar na adoção de práticas pedagógicas adequadas às reais necessidades dessa localidade, de maneira que tais práticas possam garantir visibilidade às Instituições já que estas atendem alunos oriundos do campo. A busca constante pelo aprimoramento tanto na Gestão, quanto nas práticas pedagógicas, certamente poderá assegurar a qualidade na educação e, conseqüentemente, a aprendizagem significativa.

## SCHOOL MANAGEMENT AND ITS RELATIONSHIP WITH IDEB RESULTS: A COMPARISON OF PERFORMANCE

**Abstract** - The research aims to investigate the pedagogical practices, as well as the school management regarding the performance of the IDEB of the 5th grade classes of two institutions of the municipal public network of the municipalities of Lucas do Rio Verde - MT and Juruti-PA, referring to the years. 2015 and 2017, in order to identify elements that justify the incompatibility of the results obtained and the students' performance. Therefore, the pedagogical practices of the teachers who work in the early years of the Elementary School of the referred Institutions were characterized, with emphasis on the evaluation, as well as the way of managing the processes of the Institutions, by the Management Team of the respective Teaching Units. The data collection consisted of bibliographic surveys in magazines, scientific articles and books on the investigated theme, as well as the curriculum and pedagogical guidance provided by the Federal Government through the Ministry of Education. Still, in the context of data collection, the study included the study of legal bases, without losing sight of the PPP- Pedagogical Political Project of the researched institutions. The research results indicate the difference in performance between the two schools, and part of the teaching performance in one of the institutions is not compatible with the initial education.

**Keywords:** IDEB; Educational assessment; Teaching quality.

### Referências

ANTONIO, C. A.; LUCINI, M. Ensinar e aprender na educação do campo: Processos históricos e pedagógicos em relação. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 177-195, 2007.

ARANHA, M.S.F. (org.). **Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, Brasília: 2004.

BRANDÃO, C. R. **Em Campo Aberto**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – **Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB**. Brasília-DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica- **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília-DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica- **Conselho Escolar e o financiamento da Educação no Brasil**. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. Senado Federal. Lei nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília: 1996.

FERNANDES, C. de O. (org.). **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

FREITAS, S. L. et al. Avaliação Educacional: formas de uso na prática pedagógica. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p. 85-98, 2014.

GIL, A. C. **Método e Técnica de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GREGO, S.M.D. **A avaliação formativa: ressignificando concepções e processos**. GREGO, S.M.D. (org.). UNESP- Universidade Estadual Paulista, 2013.

HAGE, S. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi) seriado de ensino. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 97-113, 2011.

LORDÊLO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós**. DAZZANI, M. V. (org.). – Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. 19ª edição, São Paulo: Cortez, 1999.

MELO, D. V. de. **Qualidade da educação e o Ideb: o olhar da equipe gestora no Município de Olinda**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO – EVEPE, 7., 2018, Pernambuco. **Anais...** Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PERRENOUD, P. **Os ciclos de aprendizagem: um caminho para combater o fracasso escolar**. Tradução de Patrícia Chittoni Ramos Reuillard, Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA FILHO, J. A. da. et al. Avaliação Educacional: sua importância no processo de aprendizagem do aluno. In: IV FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED, 4., 2012, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Realize editora, 2012.

TOSTA, K. S. **Análise da qualidade do IDEB como índice de desenvolvimento da educação básica: um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes/RJ**. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

VIDAL, E. M. VIEIRA, S. L. Gestão educacional e resultados no IDEB: um estudo de caso em dez municípios cearenses. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 419-434, 2011.

Recebido em: 15/04/2022  
Aprovado em: 25/05/2022